

O papel das bibliotecas como âncoras informacionais para mulheres trans:
subsídios para promover a inclusão e o acesso igualitário à informação

The role of libraries as informational protagonists for trans women: subsidies
for the promotion of inclusion and equal access to information

El papel de las bibliotecas como soportes informativos para mujeres trans:
subsídios para promover la inclusión y el acceso igualitario a la información

Lidiane Cristina Andrade de Oliveira¹

Luciana de Albuquerque Moreira²

RESUMO

Examina o papel das bibliotecas como âncoras informacionais para mulheres trans, considerando sua inclusão e acesso igualitário à informação. A partir de uma revisão bibliográfica, baseada em artigos científicos, livros e fontes validadas são explorados os avanços legais e políticos em relação aos direitos das pessoas trans no contexto brasileiro, bem como os desafios enfrentados por essa população. Além disso, é examinada a literatura existente sobre a inclusão de mulheres trans em serviços bibliotecários e são propostas estratégias para promover sua inclusão e acesso à informação. Os resultados da revisão bibliográfica, nos leva a recomendações e diretrizes práticas para promover a inclusão de mulheres trans nos serviços biblioteconômicos. Isso inclui a sensibilização dos bibliotecários, a utilização de linguagem inclusiva, a criação de coleções diversificadas e a promoção de espaços seguros e acolhedores. Essas medidas visam garantir que as bibliotecas sejam locais globalizantes, que atendam às necessidades da comunidade trans e promovam a igualdade de direitos e respeito à diversidade de gênero.

Palavras-chave: biblioteca-sociedade; mulheres trans; acesso à informação; Biblioteconomia social; identidade de gênero.

ABSTRACT

This article examines the role of libraries as information protagonists for trans women, considering their inclusion and equal access to information. Based on a literature review that considered scientific articles, books, it was possible to acknowledge that

¹ Bibliotecária no Instituto Brasil. Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: lidianecaoliveira@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-1780-5812>.

² Professora Titular do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: luciana.moreira@ufrn.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7265-3164>.



there are some legal and political advances regarding the rights of trans people in the Brazil, on the other hand, there are the challenges faced by this population. In addition to this, the research analyzed existing literature on the inclusion of trans women in library services, examined strategies in this realm. Results relate to the need for the existence of practical guidelines to promote the inclusion of trans women in library services. This includes raising awareness among librarians, using inclusive language, creating diverse collections and promoting safe and welcoming spaces. These measures aim to ensure that libraries as public places should meet the needs of the trans community and promote equal rights and respect for gender diversity.

Keywords: library-society; trans women; access to information; social librarianship; gender identity.

RESUMEN

Examina el papel de las bibliotecas como puntos de apoyo para la información de las mujeres trans, considerando su inclusión y acceso igualitario a la información. A partir de una revisión bibliográfica, basada en artículos científicos, libros y fuentes validadas se exploran los avances legales y políticos en relación a los derechos de las personas trans en el contexto brasileño, así como los desafíos enfrentados por esta población. Además, se examina la literatura existente sobre la inclusión de mujeres trans en los servicios bibliotecarios y se proponen estrategias para promover su inclusión y acceso a la información. Los resultados de la revisión bibliográfica nos llevan a recomendaciones y directrices prácticas para promover la inclusión de mujeres trans en los servicios bibliotecarios. Esto incluye la sensibilización de los bibliotecarios, el uso de un lenguaje inclusivo, la creación de colecciones diversificadas y la promoción de espacios seguros y acogedores. Estas medidas tienen como objetivo asegurar que las bibliotecas sean locales globalizantes, que atiendan las necesidades de la comunidad trans y promuevan la igualdad de derechos y el respeto a la diversidad de género.

Palabras clave: Biblioteca-sociedad; mujeres trans; acceso a la información; Biblioteconomía social; identidad de género.

1 INTRODUÇÃO

A marginalização dos corpos, incluindo os corpos femininos trans, é um tema que revela a opressão sistemática e estrutural que muitas pessoas enfrentam em razão de sua identidade de gênero e expressão corporal.

Ao buscar o termo “marginalidade” Osborn (2012) expõe categorias diversas, mas destacamos aqui a cultural e a social como exemplos de indissociabilidade e ao mesmo tempo contradições como as barreiras que impedem determinados grupos “de participar plena e legitimamente do grupo que a influência (sociedade moderna e tradicional, maioria e minoria étnica etc.)”. A marginalidade é, portanto, a falta de



integração, e “[...] um problema inerente a estrutura de qualquer sociedade e varia em cada momento histórico” (Osborn, 2012). A derivação de marginalidade para o termo marginalização, traz uma maior intensidade em seu conceito, sendo a “Ação de colocar alguém numa condição inferior, não importante ou numa condição de subordinação, de exclusão, de falta de poder” (Marginalização, 2024).

Em se tratando da sociedade atual, que ainda perpetua comportamentos machistas e uma estrutura patriarcal, o corpo feminino enquanto cisgênero é um corpo marginalizado, imagina, então, um corpo trans feminino. Mulheres trans e travestis encaram, diariamente, as mazelas da opressão social ao revelarem a sua essência. Quando o fazem, se tornam vítimas de opressão no seio familiar, nas ruas, nas escolas, nas universidades, igrejas, templos e no mercado de trabalho. Não possuindo direito ao próprio corpo, também são privadas de acesso à saúde e informação de forma digna, sendo colocadas à margem da sociedade e não tendo os seus direitos como cidadãs, reconhecidos.

O exercício de sua cidadania é sistematicamente obstruído, permanecendo sujeitas ao ciclo de estigmatização, pobreza e falta de educação formal e saúde, frequentemente forçadas a trabalhar em subempregos ou na prostituição. Um ciclo de violências de todas as ordens atinge as pessoas trans logo que elas decidem iniciar suas transições, experimentando os mais variados níveis de transgeneridade e resistindo à norma cisgênera (Podestà, 2019, p. 364).

Sob essa questão, Foucault (2001) já argumentava que a sexualidade é um campo de poder onde normas e discursos moldam e controlam nossas vidas. Ele examina como a sociedade moderna criou um sistema de “sexualidade normal” que estabelece padrões e expectativas em relação ao corpo, ao desejo e à identidade. Nesse sentido, a transexualidade desafia as normas estabelecidas, pois questiona a correspondência entre sexo biológico e identidade de gênero.

A mecânica do poder que arduamente persegue todo esse despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: escraviza-lo nos corpos, introdu-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem. Exclusão dessas mulheres de sexualidades aberrantes? Não há especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de disseminação, de semeá-las no real e incorporá-las no indivíduo (Foucault, 2001, p. 51).

A história da transexualidade é complexa e multifacetada, com exemplos e narrativas que remontam a civilizações. Desde os tempos antigos, encontramos referências a indivíduos que desafiaram as noções tradicionais de gênero. No Egito



Antigo, por exemplo, Hatchepsut ou Hatshepsut foi uma esposa real, regente e rei-faraó. Na época, rei era uma terminologia neutra, atribuída a todo governante, independente do sexo, visto que não havia uma palavra no dialeto egípcio que remetesse a rainhas. Hatshepsut pertencia à XVIII Dinastia do Império Novo e viveu no começo do século XV a.C, reinando por cerca de vinte e dois anos, sendo duas décadas de prosperidade econômica e de uma paz estabelecida (Camel, 2018).

No sétimo ano do reinado de seu meio-irmão Tutmés II, Hatchepsut adota o nome Maatkare, proclama-se REI e considera-se soberano do Egito, adotando os atributos faraônicos como títulos, nomes, cetros, uma incrível barba postiça, tanga curta e cauda de touro, além de unificar as duas coroas. A grande questão aqui é que tudo isso poderia ser considerado 'masculino', e além de que na ideologia egípcia não havia lugar para uma rainha reinante (Camel, 2018³).

Após suceder Hatchepsut, Tutmés III tentou apagar as referências históricas à rainha, que só teve a sua história revelada no início do século XX, quando uma decodificação de hieróglifos propiciou a leitura de inscrições que sobreviveram a ataques, no passado (Ventura, 2020).

Ao fazer um salto na linha do tempo, no século XVII, a realidade feminina era amplamente marcada por desigualdades de gênero e restrições sociais que limitavam as oportunidades e autonomia das mulheres. Em muitas sociedades da época, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens e sua existência era, em grande parte, direcionada para o casamento, a maternidade e as tarefas domésticas (Ventura, 2020).

No contexto da Idade Moderna, é possível identificar figuras históricas que expressaram sua identidade de gênero de maneira não conformista. Um exemplo notável é o caso da francesa Chevalier d'Eon, que viveu no século XVIII. D'Eon se identificava como uma mulher, inclusive se vestindo e vivendo como tal, e conquistou notoriedade tanto na França quanto no exterior.

Se perguntassem a ela: 'Você é homem ou mulher?' ou 'O que você é?', ela dizia: 'Nasci menina. Mas meu pai, um nobre da Borgonha, passou por momentos difíceis e para que eu pudesse herdar, decidiu me criar como um menino' (Namara, 2022⁴).

³ Seção História bem antiga, terceiro parágrafo (site não paginado).

⁴ Seção Cavalheiro ou dama?, quinto parágrafo (site não paginado).



O século XX marcou um período de maior visibilidade e compreensão em relação à transexualidade. Um marco importante foi o caso de Lili Elbe, uma mulher trans que se submeteu a uma das primeiras cirurgias de redesignação sexual documentadas na década de 1930.

Em 1931, ela passou por uma operação de transplante de útero e, 3 meses depois, aos 48 anos, sofreu uma parada cardíaca em decorrência de uma infecção causada pela cirurgia. Foi enterrada em Dresden, onde uma nova lápide foi instalada no ano de 2016 pela Focus Features (produtora do longa em que sua história é baseada), incluindo apenas seu nome social e locais de nascimento e morte (Gonçalves, [2021]).

No ano 2000, sua história foi retratada no livro "The Danish Girl" (A garota Dinamarquesa) e no filme homônimo, em 2015.

No Brasil, o processo de reconhecimento e compreensão da identidade de gênero das pessoas trans tem sido marcado por uma longa jornada de superação de estigmas e preconceitos. Porém, um marco importante na história da transexualidade no Brasil foi a Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Medicina, que reconheceu a possibilidade de cirurgia de redesignação sexual como um procedimento médico legítimo (Conselho Federal de Medicina, 2017).

Essa resolução representou um avanço no reconhecimento dos direitos das pessoas transgênero no país. Em 2011, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIA+, que reconhece e busca garantir o acesso a serviços de saúde adequados às necessidades das pessoas trans. Essa política estabeleceu diretrizes para o atendimento integral à saúde da população LGBTQIA+, incluindo ações voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças (Brasil, 2013).

Em relação à identidade de gênero, em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito das pessoas transexuais de realizar a retificação de nome e gênero em seus documentos, sem a necessidade de autorização judicial ou cirurgia de redesignação sexual. Essa decisão jurisprudencial representou um importante passo para a garantia do reconhecimento legal da identidade de gênero das pessoas trans no Brasil.

Apesar dos avanços legais e políticos, a realidade das pessoas trans no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. A discriminação, a violência e a exclusão social são problemas frequentes enfrentados por essa população. O alto índice de violência



contra pessoas trans no país é uma preocupação constante e exige ações e políticas efetivas para a sua proteção e garantia de direito. Em relatório divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil é o país que mais mata pessoas trans, no mundo. Foram 145 pessoas trans e travestis assassinadas em 2023 (Benevides, 2024, p. 17).

Diante das mudanças sociais que os novos tempos propõem, estariam as bibliotecas preparadas para receber, acolher e orientar mulheres trans na busca informacional acerca dos seus direitos? Estariam os profissionais, na figura do bibliotecário, preparados para orientar essas mulheres sobre acervos relacionados à sua saúde, tratamentos e os riscos de procedimentos cirúrgicos clandestinos? Essas são questões urgentes que demandam uma reflexão sobre a adequação dos serviços bibliotecários às necessidades desse público em ascensão.

A partir dessas reflexões, foi desenvolvida uma pesquisa que teve como objetivo geral, analisar o papel das bibliotecas como âncoras informacionais para mulheres trans. E como objetivos específicos: verificar a contribuição das bibliotecas na obtenção dos direitos das mulheres trans; e compreender como as bibliotecas podem se tornar espaços seguros e acolhedores para mulheres trans, fornecendo acesso a informações relevantes, confiáveis e orientação adequada sobre questões específicas que enfrentam.

Como justificativa social partimos da importância inerente das bibliotecas como centros de informação e conhecimento imprescindíveis à sociedade. No entanto, quando se trata de atender às demandas específicas de grupos minoritários, como as mulheres trans, percebemos uma lacuna significativa na literatura e nos estudos disponíveis. Diante dessa realidade e no decorrer de pesquisas sobre a temática LGBTQIA+ suscitou-se a necessidade de explorar o papel da biblioteca como fonte informacional para mulheres trans, atentando-se para a necessidade de uma biblioteconomia atuante na inclusão destas usuárias.

Para tanto, é imprescindível que os profissionais desta área estejam conscientes das demandas específicas das mulheres trans e se empenhem em criar espaços que as acolham de forma integral. Ações como a diversificação do acervo, a promoção de eventos e atividades inclusivas, a capacitação dos profissionais em questões de gênero e identidade, e a colaboração com organizações e grupos

LGBTQIA+ são passos importantes rumo a uma Biblioteconomia social, mais atuante e engajada.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A biblioteca como âncora informacional para mulheres trans é um local onde elas podem encontrar recursos relevantes, confiáveis e sensíveis às suas necessidades específicas. No entanto, para que as bibliotecas possam cumprir esse papel de forma efetiva, é necessário um embasamento metodológico sólido, que permita compreender as demandas informacionais das mulheres trans, identificar lacunas na oferta de recursos e serviços e propor estratégias para melhorar a inclusão e o acesso igualitário à informação. Portanto, a aplicação de uma metodologia adequada e bem elaborada é essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico. A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. Para solucionar esse problema, são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa. Portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação (Prodanov; Freitas, 2013, p. 43).

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, considerando que métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para compreender pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais (Gil, 1999, p. 94). A pesquisa foi conduzida a partir das seguintes etapas:

- Revisão da Literatura: o tema central sobre mulheres trans, bem como a biblioteca enquanto auxílio informacional foi baseado em artigos científicos, teses, dissertações, livros, relatórios, documentários, monografias e sites especializados. A bases de dados consultada foi a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI).

A revisão da literatura buscou compreender a história das mulheres trans, sua representação na mídia, políticas e diretrizes existentes para inclusão em bibliotecas.

- Análise das Políticas e Diretrizes Existentes: realizou-se uma análise documental das políticas e diretrizes existentes em bibliotecas, órgãos de saúde, órgãos de direitos civis, conselhos e publicações oficiais tanto em nível local quanto nacional, que promovam a inclusão de pessoas trans e a disponibilização de



informações relevantes e acolhedoras. Foram identificadas diretrizes que abordam a temática da inclusão de pessoas trans e sua aplicabilidade na prática.

Esses processos metodológicos foram conduzidos de forma a atender aos objetivos da pesquisa, permitindo uma compreensão aprofundada do papel das bibliotecas como âncoras informacionais para mulheres trans e fornecendo subsídios para promover a inclusão e o acesso igualitário à informação.

3 MULHER TRANS OU TRAVESTI?

Mulher trans e travesti são termos que se referem a identidades de gênero diferentes, embora estejam relacionados à vivência de pessoas transgênero. É importante entender as diferenças entre essas identidades para promover o respeito e a inclusão de todas as pessoas.

O primeiro ponto importante é que ambas as identidades estão dentro do guarda-chuva trans e associadas àquilo que é considerado o espectro feminino dentro de nossa sociedade. Portanto, em ambos os casos, o pronome de tratamento é feminino. Outro elemento de destaque é que travesti é uma identidade latina, onde os estudos de gênero são escassos e, portanto, não há um consenso sequer dentro da própria comunidade sobre a diferença entre as identidades (Garcia, 2022⁵).

Uma mulher trans é uma pessoa que foi designada como masculina ao nascer, mas que se identifica e vive como mulher. Ela experimenta uma desconexão entre o gênero que lhe foi atribuído ao nascer e sua identidade de gênero interna, buscando viver de acordo com sua identidade de gênero verdadeira. Mulheres trans podem passar por tratamentos médicos, como terapia hormonal ou cirurgia de redesignação sexual, para alinhar sua aparência física com sua identidade de gênero.

Por outro lado, temos os travestis que são

pessoas que nascem identificadas com um sexo masculino, mas que se vestem, vivem e assumem cotidianamente comportamentos femininos e buscam modificar seus corpos sejam com injeções de hormônio, aplicações de silicone e outras cirurgias plásticas, mas não sentem desconforto algum com seu sexo de nascimento, por outro lado transgêneros nascem identificadas com um sexo e assumem comportamento de outro gênero, na grande maioria das vezes sentindo desconforto ou mesmo aversão à sua genitália ou a outras características (Beemyn; Eliason, 1996, p. 125, tradução nossa).

⁵ Seção Qual a diferença entre mulher trans e travesti?, primeiro parágrafo (site não paginado)..



Dessa forma, uma travesti é uma pessoa que também foi designada como masculina ao nascer, mas que se expressa de maneira feminina. A identidade de gênero de uma travesti pode variar, podendo se identificar como mulher, não-binária ou outras identidades de gênero. As travestis podem adotar características femininas em sua aparência, como roupas, maquiagem e estilo de vida, e podem ou não passar por tratamentos hormonais ou cirurgia.

A travestilidade e a transexualidade são condições identitárias e não orientações sexuais. As razões da travestilidade e da transgeneralidade ainda não estão bem claras e isso tem sido causa de muita especulação científica, mas nenhuma teoria psicológica/psiquiátrica foi considerada consistente, apesar disso evidências demonstram que esta é uma condição neurológica (não sendo deste modo um transtorno mental) (Souza; Costa, 2016⁶).

É essencial respeitar e reconhecer a identidade de gênero de cada pessoa, usando os pronomes corretos e evitando estereótipos e generalizações. Cada indivíduo tem sua própria jornada e experiência de gênero, e é importante valorizar a autodeterminação e a dignidade de todas as pessoas transgênero. É importante pontuar que nem toda pessoa com identidade de gênero diferente da sua identidade biológica possui “disforia de gênero”, termo utilizado para descrever o desconforto ou angústia psicológica experimentada por algumas pessoas em relação à incongruência entre o gênero que lhes foi atribuído ao nascer e sua identidade de gênero interna.

O tratamento hormonal é uma forma encontrada para amenizar esse desconforto ou angústia, uma vez que promove o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas que vivenciam a disforia de gênero, oferecendo suporte emocional, acesso a cuidados de saúde adequados e respeito à autodeterminação de sua identidade de gênero.

3.1 Tratamento Hormonal

O tratamento hormonal é uma opção que algumas pessoas transgênero consideram para auxiliar na transição de gênero, alinhando suas características físicas com sua identidade de gênero. A hormonioterapia deve ser conduzida sob a supervisão de profissionais de saúde especializados, como endocrinologistas, respeitando as escolhas individuais de cada paciente no seu processo de transição.

⁶ Seção 3 Transexualidade e o Direito, quinto parágrafo, nona folha (texto não paginado).

A TH geralmente começa após a definição do gênero, onde os hormônios irão assegurar a integridade do gênero definido, o paciente terá que comparecer a vinte sessões de terapia, para poder afirmar sua transição. Por isto a TH é fundamental, pois esclarece uma decisão que irá definir seu recomeço. A importância do diagnóstico propicia a melhoria da vida do transexual, e tem se evidenciado, pois o tratamento com hormônios, realizado com acompanhamento profissional altera as características do gênero biológico (Campana *et al.*, 2018, p. 528).

A terapia hormonal é uma parte importante do processo de transição de gênero para mulheres trans. Ela envolve o uso de hormônios feminizantes, como o estrogênio, que ajudam a promover o desenvolvimento de características femininas secundárias e a redução dos efeitos indesejados da testosterona. Ao iniciar a terapia hormonal, as mulheres trans geralmente experimentam mudanças significativas em seus corpos ao longo do tempo. Alguns dos efeitos do estrogênio incluem o crescimento dos seios, a redistribuição de gordura corporal para áreas mais femininas, a suavização da pele e a diminuição da pilosidade facial e corporal. Essas mudanças contribuem para a obtenção de uma aparência mais feminina, o que pode ser um aspecto importante para a autopercepção e a vivência da identidade de gênero.

Além dos efeitos físicos, a TH também pode ter impactos psicológicos positivos. O alinhamento entre a identidade de gênero interna e as características físicas em desenvolvimento pode levar a uma maior sensação de congruência e auto aceitação. No entanto, é importante ressaltar que a terapia hormonal para mulheres trans também tem alguns riscos e efeitos colaterais potenciais. Sendo assim, é imprescindível que

os serviços de referência organizem a oferta do acompanhamento farmacoterapêutico, com o intuito de identificar problemas relacionados à farmacoterapia, como interações medicamentosas, eventos adversos, posologias inadequadas, dentre outros; possibilitando a realização de intervenções que melhorem a farmacoterapia e a qualidade de vida das pessoas usuárias. Além disso, o acompanhamento individual e personalizado permite a prática da educação em saúde e a criação de vínculo entre pessoas atendidas e profissionais de saúde (São Paulo, 2020, p. 82).

Outro aspecto é ter um importante acompanhamento psicológico,

[...] pois permite explorar e elaborar os aspectos psicoemocionais da história de vida do sujeito, no seu contexto familiar, social, profissional e religioso. Possibilitar-lhe uma reflexão sobre sua condição atual e futura, das perdas e ganhos com o tratamento; ajudar na auto estima baixa, nas angústias e dificuldades; aliviar a transfobia internalizada, sentimento de medo, solidão, ansiedade e depressão pela sua transexualidade; aliviar o estresse na saúde mental e no seu desenvolvimento humano (Verduguez, 2013 *apud* Amaral *et al.*, 2017, p. 105-106).

Por fim, é importante destacar que a TH é uma escolha individual e nem todas as mulheres trans optam por passar por esse processo. Cada pessoa tem o direito de decidir qual caminho seguir em sua transição de gênero, levando em consideração suas necessidades, preferências e circunstâncias individuais.

É importante reconhecer que a compreensão do sexo biológico e da identidade de gênero está evoluindo e se tornando cada vez mais inclusiva. Respeitar e reconhecer a diversidade de experiências de gênero é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora para todas as pessoas.

O espaço biblioteca é aqui pensado enquanto um dos caminhos para o exercício pleno da cidadania, a partir das ações e serviços implementados, em busca dessa construção social justa e acolhedora.

4 REVOLUÇÃO SERÁ TRANSEXUALIZADA: as biblioteca que queremos

As bibliotecas têm desempenhado um papel fundamental na sociedade como guardiãs do conhecimento e espaços de aprendizado. No entanto, há uma necessidade urgente de revolucionar esse ambiente para garantir que ele seja verdadeiramente inclusivo e acolhedor para todas as pessoas, incluindo as mulheres trans. A partir de mudanças significativas, essas instituições podem se tornar agentes de transformação, ajudando a quebrar estigmas, construir uma realidade mais inclusiva e promover a visibilidade das mulheres trans. O bibliotecário, como profissional atuante além do ambiente da biblioteca, tem o potencial de se tornar um agente transformador na luta pela igualdade de direitos e oportunidades.

Mesmo diante de todo o seu reconhecido papel na promoção do acesso à informação e na construção de comunidades inclusivas, ainda há uma lacuna significativa quando se trata da representação de pessoas trans nos acervos bibliotecários, parte crucial para refletir a diversidade da sociedade e promover a igualdade de acesso à informação. Além de livros que abordam termos médicos sobre o corpo trans feminino, é fundamental incluir obras que retratem as vivências, histórias, perspectivas e realizações de pessoas trans em diferentes áreas da vida, como literatura, arte, ciência, história, política e muito mais.

A falta de material representativo para mulheres trans nas bibliotecas reflete uma desigualdade sistemática na sociedade, na qual suas vozes e experiências são



sub-representadas. Essa ausência de representatividade contribui para a perpetuação de estereótipos, o desconhecimento sobre as vivências trans e a exclusão das mulheres trans dos espaços de produção de conhecimento. Para atender e acolher as mulheres trans, as bibliotecas devem realizar mudanças significativas em sua estrutura, políticas e práticas.

Essas adequações podem partir das seguintes ações: formação e sensibilização dos profissionais; uso de linguagem inclusiva e respeito ao nome social; formação de coleções inclusivas; espaços seguros e acolhedores; e consequentemente, a pessoa bibliotecária agindo como agente transformadora de realidades.

As subseções, a seguir, apresentam essas propostas de adequação de comportamentos, de atitudes e de serviços que possibilitem o alcance da biblioteca que queremos, enquanto sociedade.

4.1 Formação e Sensibilização

Os bibliotecários e todos os profissionais que atuam em bibliotecas devem receber treinamentos que os capacitem a compreender as experiências e necessidades das mulheres trans. Isso inclui aprender sobre terminologia adequada, identidade de gênero, questões de saúde e direitos legais. A formação também deve enfatizar a importância da empatia, respeito e inclusão.

[...] as bibliotecas têm a responsabilidade de apoiar as diretrizes específicas sobre pessoas trans e demais expressões de gênero. Elas estão intimamente ligadas ao ensino e ao desenvolvimento cognitivo e é importante que sejam e forneçam um espaço seguro aberto a todos. Isso vai além de designar um único banheiro como neutro de gênero – o que só mantém a questão como separada, mas igual. Trata-se da questão de direitos civis, e as bibliotecas devem estar na vanguarda para fazer mudanças positivas acontecerem (Pyatetsky, 2016, tradução nossa).

É fundamental que os funcionários sejam informados sobre as leis e direitos que garantem o respeito aos direitos das pessoas trans. No Brasil, desde 2018, por meio de um decreto federal, as leis do país reconhecem o direito das pessoas trans de serem tratadas de acordo com sua identidade de gênero, incluindo o direito ao uso do nome social e à identificação correta nos documentos.

A capacitação também pode incluir orientações sobre a importância do acolhimento e do respeito no atendimento a essas mulheres. Os funcionários podem



aprender sobre formas de comunicação inclusiva, como fazer perguntas adequadas e respeitosas, e como lidar com situações de discriminação ou preconceito. Além disso, a biblioteca pode incentivar a troca de conhecimento e experiências entre os funcionários e as mulheres trans. A partir de programas de mentoria ou de grupos de discussão, é possível criar espaços seguros e acolhedores para o compartilhamento de experiências e aprendizados.

Há a necessidade, por um lado, de uma maior capacitação das(os) profissionais sobre as resoluções e as políticas que abordam o assunto, pois não basta criar um documento, enviá-lo para os serviços de saúde e não haver a garantia de que as(os) profissionais da ponta tenham conhecimento deles; por outro, constata-se que a garantia do nome social não basta para a efetivação de um direito, uma vez que esbarra na estigmatização e na discriminação relacionadas à identidade de gênero. Isso porque há casos de profissionais que se recusam a chamar pelo nome social, já que no RG consta um nome diferente, pertencente a outro sexo. Não há a possibilidade de desvincular o sexo do gênero; isto é, se consta em um documento oficial o sexo masculino e um nome masculino, não há a possibilidade de desvincular aquele nome da pessoa, afinal, como um homem poderia ter um nome feminino, por exemplo? (Tagliamento, 2015, p. 72).

Para atender efetivamente as mulheres trans, é importante que as bibliotecas adotem políticas inclusivas. Isso pode incluir a implementação de procedimentos que permitam o uso do nome social, o respeito à privacidade e a adoção de espaços seguros e inclusivos. Além disso, é essencial que os bibliotecários estejam atentos a práticas discriminatórias e sejam capazes de intervir quando necessário, garantindo que todas as pessoas se sintam bem-vindas e respeitadas.

4.2 Linguagem inclusiva e respeito ao nome social

As bibliotecas devem adotar uma linguagem inclusiva em todas as suas comunicações, materiais impressos e digitais. Isso envolve o uso de pronomes adequados, evitando linguagem discriminatória e reconhecendo a diversidade de identidades de gênero.

A conquista do direito ao nome social é uma importante vitória para a comunidade trans, garantindo o reconhecimento e respeito à identidade de gênero de cada indivíduo. Essa conquista foi resultado de anos de luta, ativismo e mobilização por parte das mulheres trans e de toda a comunidade LGBTQIA+. Historicamente, as mulheres trans enfrentaram diversas formas de discriminação e exclusão, incluindo a negação de seu nome de escolha, que não correspondia ao seu gênero atribuído ao



nascimento. Essa negação causava constrangimento, marginalização e violações dos direitos humanos dessas mulheres.

O nome social é um direito, e não um favor [...] é a identidade de gênero como a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento (Lindemann, 2016⁷).

A conquista do direito ao nome social foi um marco importante na luta pelos direitos das pessoas trans. No Brasil, o Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016 garante o direito ao uso do nome social em espaços públicos e privados, reconhecendo que o nome de registro não define a identidade de gênero de uma pessoa (Brasil, 2016). Essa lei estabelece que todas as instituições públicas e privadas devem respeitar o direito das pessoas trans de utilizar seu nome social em documentos, cadastros, registros e comunicações internas e externas. Isso inclui instituições de ensino, órgãos governamentais, hospitais, empresas, entre outros.

Nesse contexto, a biblioteca desempenha um papel fundamental no auxílio às mulheres trans na busca do nome social. Como espaço de informação e acesso à documentação, a biblioteca pode fornecer recursos e orientações sobre os procedimentos legais para a retificação do nome em documentos pessoais, como carteira de identidade, CPF, passaporte, entre outros. Os bibliotecários podem estar preparados para auxiliar as mulheres trans na compreensão dos processos burocráticos necessários para a retificação do nome. Eles podem fornecer informações atualizadas sobre os requisitos legais, orientar sobre os documentos necessários, indicar os órgãos competentes e oferecer suporte durante todo o processo.

O decreto se dirige a entes da administração pública direta e indireta. Infelizmente sua aplicação não abrange as organizações privadas que podem impedir o acesso ao nome social baseado em qualquer argumento que julgue conveniente. São vários casos em que universidades se eximem do direito do uso do nome social baseando-se em critérios burocráticos. Cabe às bibliotecas munir seus usuários/interagentes com informações para defesa desse direito e orientar a busca pelos meios jurídicos para a efetivação desse direito. Bibliotecas que utilizam a carteirinha somente como meio de controle de circulação de materiais podem utilizar o nome social e não se prenderem a legislação como forma de se eximir do cumprimento do uso do nome social (Lindemann, 2016⁸).

⁷ Seção Nome Social, segundo parágrafo (site não paginado).

⁸ Seção Nome Social, quarto parágrafo (site não paginado).



Além disso, a biblioteca pode disponibilizar materiais informativos, como cartilhas e guias práticos, que expliquem passo a passo como proceder para conquistar o direito ao nome social. Esses materiais podem conter informações sobre os direitos legais, exemplos de requerimentos, modelos de documentos e orientações sobre como lidar com possíveis obstáculos ou resistências.

A biblioteca também pode promover palestras, *workshops* ou debates sobre o tema, convidando especialistas, ativistas e profissionais de direito para esclarecer dúvidas, compartilhar experiências e fornecer orientações legais para as mulheres trans interessadas em retificar seu nome. Ao auxiliar as mulheres trans na busca do nome social, a biblioteca contribui para a promoção da inclusão e da dignidade dessas mulheres. Ela se torna um espaço de apoio, informação e acolhimento, fortalecendo o empoderamento e a cidadania desse grupo.

Alguns termos devem ser abolidos no ambiente de biblioteca: *traveco* (o certo é *travesti*), *opção sexual* (orientação sexual, ninguém optou por ser hétero) e *homossexualismo* (homossexualidade, homossexualismo patologiza, trata como doença) [o sufixo 'ismo' remete a doença]. Use sempre o pronome correspondente à identidade de gênero da usuária. Não importam seus conceitos morais ou religiosos. Usar o pronome masculino para uma mulher travesti é ofensivo e causa muito sofrimento. Olhe sempre pela perspectiva do outro e não pela sua própria (Lindemann, 2016⁹).

Sucintamente, a conquista do direito ao nome social foi uma importante vitória na luta pelos direitos das mulheres trans. A biblioteca desempenha um papel crucial ao auxiliar as mulheres trans na busca desse direito, fornecendo recursos informativos, orientações legais e apoio durante todo o processo. Ao fazer isso, a biblioteca promove a inclusão, a igualdade de direitos e a valorização da identidade de gênero de todas as pessoas.

4.3 Coleções Inclusivas

É fundamental que as bibliotecas revisem e ampliem suas coleções para incluir livros, artigos e recursos que abordem questões relevantes para as mulheres trans. Isso pode envolver obras escritas por autoras trans, literatura sobre identidade de gênero, experiências trans, direitos e saúde. A diversidade de perspectivas e vivências deve ser valorizada.

⁹ Seção Nome Social, segundo parágrafo (site não paginado).



O trabalho do bibliotecário tem que estar vigilante quanto aos preconceitos que existem na área da informação. Inclusive, na atenção quanto ao impacto que determinado termo ou assunto exerce sobre certas comunidades. As pessoas LGBTQIA+ são constantemente atingidas pelo repetido uso de termos que inferiorizam a condição *gay*, *bi*, *queer* ou *trans*. Os dilemas éticos no campo da informação [...] exigem a atenção em 'observar os princípios gerais éticos que evidenciam os direitos humanos e os ditames dos códigos profissionais e organizacionais' (Guimarães; Pinho; Almeida; Milani, 2009, p. 106 *apud* Lima, 2019, p. 33).

Uma coleção inclusiva deve conter recursos que ofereçam informações precisas e atualizadas sobre a identidade de gênero e a experiência *trans*. Isso pode incluir livros, guias práticos, memórias, literatura ficcional e não ficcional que abordem temas como a descoberta da identidade de gênero, o processo de transição, a saúde física e mental, relacionamentos, família, sexualidade e direitos legais. O objetivo é fornecer materiais que empoderem e informem as mulheres *trans*, ajudando-as a compreender e navegar pelos desafios que possam enfrentar em suas vidas.

A representatividade também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de coleções para mulheres *trans*. É importante incluir obras escritas por autoras *trans* e sobre mulheres *trans*, que reflitam a diversidade de experiências e histórias desse grupo. Essas obras oferecem uma voz autêntica e ajudam a quebrar estereótipos, promovendo a aceitação e a compreensão da comunidade *trans*.

Além disso, a coleção pode abordar questões específicas de saúde, como cuidados médicos *trans* afirmativos, tratamentos hormonais, cirurgias de transição, saúde mental e bem-estar. Guias de recursos locais e informações sobre organizações que oferecem suporte às mulheres *trans* também são valiosas para que possam acessar os serviços necessários em suas comunidades.

O desenvolvimento de coleções voltadas para as necessidades informacionais de mulheres *trans* requer sensibilidade, diversidade e inclusão.

A inclusão de uma coleção diversa e abrangente em uma biblioteca é essencial para atender às demandas das mulheres *trans*, oferecendo recursos que reflitam suas experiências, desafios e conquistas.

4.4 Espaços seguros e acolhedores

As bibliotecas devem criar ambientes seguros e acolhedores para as mulheres *trans*, onde elas se sintam confortáveis em buscar informações, interagir e participar



de eventos. Isso pode ser alcançado por meio da implementação de políticas de não discriminação, treinamento da equipe e design de espaços inclusivos.

O papel do bibliotecário vai além de simplesmente fornecer acesso aos materiais de uma biblioteca. É primordial que estes sejam sensíveis e empáticos para entender, avaliar e atender às necessidades informacionais de todas as pessoas que utilizam seus serviços, incluindo as mulheres trans. Entender as necessidades informacionais de uma mulher trans requer conhecimento e consciência sobre as questões relacionadas à identidade de gênero e à experiência trans. Isso significa estar ciente dos desafios específicos que as mulheres trans podem enfrentar ao buscar informações relevantes e acolhedoras.

Um bibliotecário consciente é capaz de criar um ambiente acolhedor e seguro para as mulheres trans.

Para tanto, tem um desafio permanente no próprio processo de formação profissional, que implica na constante atualização, a fim de que possam ser bem-sucedidos na sua carreira, por meio da apropriação e desenvolvimento de competências em informação. Santos (2000) esclarece que, para alcançar tal pretensão, o bibliotecário que considerar a educação continuada como uma meta permanente terá maiores oportunidades no mercado de trabalho (Santos; Barreira, 2019, p. 48).

Assim, entender, avaliar e atender às necessidades informacionais de uma mulher trans são elementos essenciais para promover a inclusão e o empoderamento. Os bibliotecários desempenham um papel crucial nesse processo, fornecendo informações relevantes, acolhedoras e atualizadas, criando espaços seguros e respeitando a identidade de gênero de cada pessoa. Ao fazer isso, eles contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todas as pessoas, incluindo as mulheres trans, possam acessar e aproveitar plenamente os recursos disponíveis nas bibliotecas.

4.5 A pessoa bibliotecária como agente transformadora

Além de seu papel dentro da biblioteca, o bibliotecário pode se tornar um agente transformador na luta pela visibilidade trans e igualdade de direitos. Eles podem colaborar com organizações locais, participar de grupos de defesa, promover eventos educativos e de conscientização e ampliar o alcance da biblioteca para além



de suas paredes físicas. O bibliotecário tem a oportunidade de educar a comunidade, combater estigmas e ser um aliado ativo na promoção dos direitos das mulheres trans.

O bibliotecário [...] não é apolítico, neutro, imparcial. Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se os materiais do seu acervo são parciais? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se a própria localização da biblioteca onde trabalha serviu a interesses políticos e que não exprimem a real necessidade da comunidade? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se aqueles que mais necessitam da biblioteca estão impossibilitados de fazer uso dela? (Almeida Júnior, 1997, p. 92).

Assim, a atuação do bibliotecário como agente transformador não deve se restringir às quatro paredes da instituição. Ele pode e deve ir além, envolvendo-se em projetos e iniciativas que busquem a inclusão das mulheres trans na sociedade como um todo. Isso pode incluir parcerias com organizações de direitos humanos, participação em campanhas de conscientização, contribuição para políticas públicas inclusivas e defesa dos direitos das mulheres trans. A imagem do bibliotecário como um agente transformador de realidades sociais ganha força quando ele se engaja, ouve e responde às necessidades das mulheres trans.

Não basta espalharmos bibliotecas em cada quarteirão, em cada esquina. É preciso que o bibliotecário que atuar nessas bibliotecas seja um outro bibliotecário; é preciso que ele esteja consciente de sua real função social; é preciso que ele saiba que o seu trabalho pode e deve alterar pensamentos e comportamentos; é preciso que ele vá até a população, que ele procure o povo, que ele trabalhe com a comunidade (Almeida Júnior, 1997, p. 92).

O bibliotecário tem a capacidade de ser um agente transformador na vida das mulheres trans, atendendo às suas necessidades, agindo como intermediador de trocas informacionais e mudando realidades para além das quatro paredes da instituição. Com seu conhecimento e dedicação, ele pode contribuir para a inclusão social, o fortalecimento da identidade de gênero e o combate à discriminação. Ao assumir esse papel, o bibliotecário mostra como a informação pode ser uma ferramenta poderosa para a promoção da igualdade e justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é fruto de uma jornada de descobertas, paixão e compromisso com a igualdade e a inclusão. Investigar o papel mediador das bibliotecas enquanto âncoras informacionais para mulheres trans, assume um papel significativo e urgente. Por ser um equipamento social, cultural e informacional a biblioteca pode se tornar um



refúgio, um espaço de acolhimento e transformação livre da discriminação e da violência enfrentadas pelas mulheres transgênero e que afetam negativamente suas vidas e sua inclusão na sociedade.

Reconhecer e respeitar os pronomes, corpos e histórias das mulheres trans é um ato de amor e empatia. É sobre acolher cada indivíduo em sua singularidade, reconhecendo que a identidade de gênero vai além de clichês biológicos. É sobre oferecer sensibilidade e apoio, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências sejam validadas. Respeitar os direitos e corpos das mulheres trans é um gesto de amor que transcende limites, construindo uma sociedade mais inclusiva e justa.

A metodologia adotada, baseada em uma revisão bibliográfica foi essencial para identificar estratégias para promover a inclusão e acesso igualitário à informação. Os objetivos propostos foram plenamente atendidos, uma vez que conseguimos analisar o papel das bibliotecas como centros de auxílio informacional para pessoas trans, compreender a importância de espaços seguros e acolhedores para mulheres trans, e finalmente, com base na literatura consultada, propor recomendações específicas para promover a inclusão e o empoderamento dessa comunidade.

A importância desse tema vai além de combater o preconceito de gênero. Trata-se de reconhecer a necessidade de representatividade e inclusão, de garantir que as bibliotecas sejam espaços onde todas as vozes sejam ouvidas e acolhidas. Discutir a catalogação *Queer* para bibliotecas, por exemplo, é uma forma de romper com a binariedade de gênero e abraçar a diversidade em todos os níveis. Percebemos a importância e recomendamos a necessidade de mais estudos sobre o comportamento informacional de mulheres trans, compreendendo seus hábitos de leitura, suas necessidades específicas de informação e como as bibliotecas podem atender a essas demandas de maneira inclusiva e acolhedora. A discussão sobre representatividade também se faz presente. Reconhecemos que é essencial que as bibliotecas disponham de coleções diversificadas, que reflitam as experiências e vivências das mulheres trans, para que elas se sintam representadas e encontrem referências que fortaleçam sua identidade.

Em meio a essa jornada pela história de luta e conquista das mulheres trans, é irônico perceber que a palavra “marginalização”, tão presente em suas vidas, é um substantivo feminino. Isso nos lembra que a luta pela igualdade de gênero e pela



inclusão não se restringe a um grupo específico, mas é uma causa que deve envolver toda a sociedade. Este artigo é apenas um pequeno passo nessa jornada contínua. Concluimos com a certeza de que a biblioteca tem o poder de ser um farol de esperança, um espaço que acolhe, informa e empodera mulheres trans. Que possamos continuar avançando, construindo uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as pessoas sejam respeitadas e tenham igualdade de oportunidades. A biblioteca como âncora informacional para mulheres trans é uma poderosa ferramenta de mudança e temos a responsabilidade de impulsionar essa transformação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997.

AMARAL, Anselmo Francisco Rocha; SILVA, Daiane Gomes da; CORDEIRO, Diego Martins; ASSUNÇÃO, Luís Fernando de Oliveira; ALVES, Nívia Rocha; OLIVEIRA, Tatiane Cristina de; SALIBA, William Argolo. Efeitos colaterais decorrentes da terapia hormonal em transexuais femininos. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research -BJSCR BJSCR**, v. 20, n. 3, p. 103-110, set./nov. 2017. Disponível em: <https://abrir.link/slolB>. Acesso em: 30 maio 2023.

BEEMYN, Brett; ELIASON, Mickey. **Queer Studies: A Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Anthology**. New York: New York University Press, 1996.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://abrir.link/MforH>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 31 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://abrir.link/WFygy>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CAMEL, Dani. Não-Binariedade na África. **MIDIAQUEER**, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://abrir.link/BxWNf>. Acesso em: 22 jun. 2024.



CAMPANA, Gabriela Aline; ZAMBON, Camila Pereira; TIEGS, Lurian Marieni Rodrigues; CARDOSO JÚNIOR, Clóvis Dervil Appratto. A Terapia hormonal no processo de transexualização. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, Ariquemes, v. 9, n. ed esp, p. 526–531, maio/jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.31072/rcf.v9iedesp.627>. Disponível em: <https://abrir.link/OeoCC>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Documento da SBP aborda critérios para diagnosticar e tratar o transtorno de identidade de gênero. **CFM**, Brasília, 21 jul. 2017. Disponível em: <https://abrir.link/YIWKu>. Acesso em: 8 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Editora Graal, 2001.

GARCIA, Gabrielly. O que é transgeneridade, não binariedade e por que a linguagem neutra importa? **Marie Claire**, [S.l.], 29 jan. 2022. Disponível em: <https://abrir.link/VtvSB>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas. 1999.

GONÇALVES, Maria Eugênia. A verdadeira garota dinamarquesa: conheça a história de Lili Elbe. **Híbrida**, [S.l.], 10 dez. 2021. Disponível em: <https://abrir.link/WthWt>. Acesso em: 22 mar. 2024.

LIMA, Gláucio Barreto de. Formação e desenvolvimento de coleções: a biblioteca como dispositivo ético e estético. **Revista Informação em Cultura**, Mossoró, v.1, n.1, p. 30-43, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21708/issn2674-6549.v1i1a8475.2019>. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/article/view/8475>. Acesso em: 1 abr. 2024.

LINDEMANN, Catia. Biblioteconomia Social: Discutindo e refletindo a identidade de gênero. **Biblioo**, [S.l.], 19 nov. 2016. Disponível em: <https://abrir.link/ZxHoZ>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MARGINALIZAÇÃO. In: **DICIO**. Dicionário Online de Português. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/marginalizacao/#:~:text=Significado%20de%20Marginaliza%C3%A7%C3%A3o&text=A%C3%A7%C3%A3o%20de%20colocar%20algu%C3%A9m%20numa,algu%C3%A9m%20marginal%2C%20bandido%2C%20criminoso>. Acesso em: 31 jul. 2024.

NAMARA, Jono. Chevalier d'Éon: a espiã transgênero do século 18 que desafiou a coroa francesa. **BBC News Brasil**, [S.l.], 11 jun. 2022. Disponível em: <https://abrir.link/Hbnha>. Acesso em: 22 fev. 2024.

OSBORNE, Richard. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://abrir.link/pBUAR>. Acesso em: 20 jun. 2024.



PODESTÀ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 11, p. 363–380, maio/out. 2019. Doi: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27873>. Disponível em: <https://abrir.link/fcPGX>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://abrir.link/qtgyu>. Acesso em: 18 jun. 2024.

PYATETSKY, Julia. Do not go gentle into that gender neutral bathroom. **Public Libraries Online**, Chicago, 7 June 2016. Disponível em: <https://abrir.link/AsQSj>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SANTOS, Jaires Oliveira; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa. Competência em informação: o bibliotecário e o processo de definição das necessidades informacionais. **Biblios**, Pittsburg, n. 74, p. 42-60, enero 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2019.387>. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/biblios/n74/a04n74.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Saúde. Coordenação da Atenção Primária da Saúde. **Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde/SMS/PMSP, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/NBDWm>. Acesso em: 29 maio 2024.

SOUZA, Mariana Barbosa de; COSTA, João Paulo Reis. **Mulheres Transexuais**: quando se tornar mulher é um desafio. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 12., 2016, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. 20p. Disponível em: <https://abrir.link/VJaPo>. Acesso em: 30 maio 2024.

TAGLIAMENTO, Grazielle. Direitos humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans. *In*: BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. p. 65-79. Disponível em: <https://abrir.link/lyFuz>. Acesso em: 22 mar. 2024.

VENTURA, Dalia. O mistério de Hatshepsut, a faraó ‘apagada da história’. **BBC News Brasil**, [S.l.], 23 set. 2020. Disponível em: <https://abrir.link/rWXmz>. Acesso em: 19 maio 2024.

